



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA
IFB- CAMPUS SÃO SEBASTIÃO

CURSO LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA

**A Língua da Gente: Prática educativa para a valorização da
diversidade linguística**

Autora: Nicole Mayumi Ando
Orientadora: Profa.Dra. Luciane Cristina Eneas Lira

Brasília, setembro de 2025.

A Língua da Gente: Prática educativa para a valorização da diversidade linguística

Nicole Mayumi Ando

Resumo

Diante de um ensino de Língua Portuguesa que frequentemente desconsidera as variedades dos estudantes e prioriza a Norma-Padrão, o objetivo central deste estudo é combater o preconceito linguístico por meio da capacitação docente. A contribuição se concretiza na elaboração de um produto didático que instrumentalize o professor a explorar a pluralidade da língua com seus alunos do Ensino Fundamental, séries finais. O estudo adota uma abordagem qualitativa e de caráter aplicado, baseada em uma pesquisa bibliográfica nos pressupostos da Sociolinguística Educacional. O referencial teórico essencial inclui estudos de Bagno (1999 e 2013), Bortoni-Ricardo (2004 e 2005) e Faraco (2008). O produto final desta pesquisa é o guia pedagógico "Diversidade que Fala: Um Guia Prático para Professores", desenvolvido com o intuito de transpor o saber científico da variação linguística para a prática de sala de aula, conforme a teoria da Transposição Didática (Chevallard, 1991). Conclui-se que a adoção de uma pedagogia da variação é essencial para a formação integral do sujeito, pois permite que o estudante reconheça em sua variedade linguística um pilar de sua identidade e pertencimento. O guia didático materializa essa perspectiva, oferecendo ao professor uma ferramenta para desconstruir a visão monolítica da língua. A escola, ao promover a consciência crítica sobre a diversidade linguística, transforma-se de um espaço de reprodução de preconceitos em ambiente de respeito e valorização da riqueza linguística nacional.

Palavras-chave: Educação sociolinguística, preconceito linguístico, diversidade linguística e ensino de língua materna.

1. Introdução

No Brasil, a vasta diversidade linguística contrasta com o preconceito linguístico, uma forma de discriminação que afeta a identidade dos falantes e reforça a desigualdade social. Conforme Bagno (2007), esse tipo de preconceito se manifesta de diversas formas, como a desvalorização de sotaques e variedades linguísticas de grupos marginalizados. Essa discriminação é comum em ambientes como a escola e o mercado de trabalho, onde a Norma-Padrão tende a ser imposta como única forma correta de comunicação. A consequência direta é o silenciamento de muitas pessoas, que, por vergonha de falar o que é considerado "errado", deixam de se expressar e, consequentemente, escondem parte de sua

identidade.

No contexto da educação básica, essa problemática se manifesta através de um ensino de Língua Portuguesa que, ao priorizar a Norma-Padrão, frequentemente desconsidera as variedades linguísticas dos estudantes, além de os excluírem do processo ensino-aprendizagem (Bortoni-Ricardo, 2004). Para modificar esse cenário, é essencial que a escola reconheça e valorize a diversidade da língua, assumindo seu papel na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva (Bagno, 1999). É possível combater o preconceito linguístico por meio de atividades pedagógicas que, sobretudo, celebrem as múltiplas formas de usar a língua. Ao expor os estudantes à diversidade do português, mostramos que não existe uma única maneira "correta" de falar, desmistificando a ideia de que a língua se resume apenas à sua forma mais formal ou acadêmica.

Diante desse cenário, este trabalho visa combater o preconceito linguístico no ambiente escolar, focando na capacitação do professor de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental. A contribuição se dá através do desenvolvimento de um produto didático que servirá como ferramenta para o docente. Esse recurso tem a finalidade de instrumentalizar o professor com estratégias que o permitam explorar a pluralidade da língua, fomentando uma educação mais democrática e respeitosa, na qual as identidades linguísticas de todos os estudantes sejam valorizadas.

Ao oferecer um material prático e focado, o trabalho não apenas discute o problema, mas oferece sugestões de estratégias para auxiliar os professores a transformarem a sala de aula em um espaço mais inclusivo.

2. O “fantasma” da Norma- Padrão

O conceito de Norma-Padrão é discutido frequentemente entre os sociolinguistas. A título de exemplo, William Labov (1972) e Rodolfo Ilari (1985) argumentam que a Norma-Padrão não é superior por sua natureza, mas sim uma construção social usada como instrumento de poder. Assim, o não domínio da Norma-Padrão leva ao preconceito e à exclusão social, limitando oportunidades

educacionais e profissionais para aqueles que usam variedades linguísticas diferentes. Para esses autores, a Norma-Padrão é, em essência, um fenômeno de poder, não de gramática.

O entendimento da dinâmica linguística impõe a distinção entre Norma-Padrão e Norma Culta. A Norma-Padrão deve ser concebida como uma construção social de caráter idealizado e prescritivo, alicerçada historicamente nos padrões de uso das classes socioeconômicas letradas e de prestígio, mas que não se materializa como uma variedade linguística real efetivamente falada por qualquer comunidade. Essa imposição e subsequente supervalorização da Norma-Padrão contribui para a desvalorização das demais variedades e funcionam primariamente como um mecanismo de poder e exclusão social, reproduzindo o preconceito linguístico. Em contrapartida, a Norma Culta, ou variedades de prestígio, refere-se às variedades linguísticas reais, faladas pelos grupos urbanos com maior nível de escolarização (Bagno, 2013).

Quanto à Norma Culta, esta tem sido tradicionalmente associada à norma literária e à modalidade escrita da língua. Considerando os altos índices de analfabetismo, de acordo com os dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) referentes ao período de 2024-2025, o Brasil apresenta um cenário de estagnação nos índices de escolaridade básica. Cerca de 29% da população brasileira, na faixa etária entre 15 e 64 anos, é classificada como analfabeta funcional. Este índice demonstra que quase um terço dos brasileiros possui apenas habilidades rudimentares, como a leitura de palavras isoladas, frases curtas e a identificação de números familiares (endereços, preços ou contatos), sem atingir a plena proficiência na escrita e interpretação de textos complexos.

O estudo destaca também que o patamar de analfabetismo funcional permaneceu inalterado desde a edição de 2018, indicando uma ausência de progressão significativa no desenvolvimento dessas competências nos últimos anos. Diante desse cenário, a crítica à suposta “decadência” ou “corrupção” dessa norma no Brasil revela-se, no mínimo, simplista ou cínica. Esse quadro é reforçado por velhos preconceitos, como o de que “brasileiro não sabe português” e de que português é “difícil”, crenças veiculadas pelas práticas de ensino tradicionais. Em vez de incentivar a livre expressão e o uso das habilidades linguísticas para posterior refinamento, o ensino tradicional frequentemente adota uma postura corretiva e, por vezes, punitiva, que interrompe o fluxo natural da expressão e da

comunicação. Essa atitude tem como consequência inevitável a instauração de um sentimento de incapacidade e de incompetência linguística (Bagno,1999).

O ensino tradicional, com seu enfoque excessivo na gramática, acaba por impor a ideia de que a Norma-Padrão é a única forma aceitável de uso. Autores como Marques e Baronas (2015) demonstram que essa supervalorização da Norma-Padrão contribui para a reprodução do preconceito. A escola, ao fazer isso, implicitamente desvaloriza a forma de falar do aluno, que reflete sua cultura e sua história. Bagno (1999) critica essa postura, argumentando que a tentativa da escola de impor uma única norma linguística para todos os brasileiros é um equívoco. Essa atitude cria uma enorme distância entre o que se vive e o que se aprende, resultando na desvalorização do aluno.

De acordo com Stella Maris Bortoni-Ricardo(2005) a Sociolinguística Educacional é um campo que busca solucionar problemas e aprimorar o trabalho pedagógico no ensino de língua materna. A autora argumenta que a escola deve atuar como uma ponte entre a teoria da variação linguística e a prática em sala de aula. Para Bortoni-Ricardo, o ensino de português deve considerar a diversidade linguística dos alunos, reconhecendo que a variação não é um desvio, mas uma característica inerente à língua. Em suma, o objetivo central é promover a valorização de todas as variedades linguísticas por meio de práticas que combatam o preconceito e incentivem uma visão mais democrática da língua.

A escola não é um ambiente isolado. Ela reflete as desigualdades e os preconceitos já existentes na sociedade. O preconceito linguístico, presente em diversos contextos, também se manifesta na sala de aula. Como destaca Bortoni-Ricardo (2004) se a escola não atua de forma consciente para combater essa discriminação, acaba por perpetuá-la. O preconceito linguístico atinge a identidade das pessoas e reforça desigualdades, o que torna a educação sociolinguística essencial para desconstruir esses problemas e valorizar a diversidade.

3. A Contribuição da Sociolinguística para o Ensino

A persistência do preconceito linguístico no ambiente escolar é um tema

complexo, que se origina em duas frentes principais: a crença de que a Norma-Padrão é a única forma de linguagem legítima e a função da escola como um reflexo das desigualdades sociais. Para romper com essa estrutura, é crucial que a prática pedagógica se aproprie dos conceitos da Sociolinguística. A análise de Silva, Bastiani e Oliveira (2022) demonstra que o preconceito linguístico se manifesta quando a gramática normativa é imposta como a única forma "correta" de falar. Em vez de rotular a variedade do aluno como "erro", os autores defendem que o ensino deve valorizar o conhecimento prévio do estudante sobre a língua, usando-o como ponto de partida para a apresentação da Norma-Padrão e desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes. A pedagogia da variação, conforme Faraco (2008) visa a ampliação do repertório linguístico do aluno:

A pedagogia da variação deve ter como meta a ampliação do repertório linguístico do aluno, ou seja, o acréscimo, a seu repertório, de mais uma variedade de língua (a variedade culta). Nesse sentido, a pedagogia da variação tem como ponto de partida a variedade de língua que o aluno já domina (sua variedade vernácula, em geral, uma variedade popular, mas que não é uma 'língua estragada', nem 'cheia de erros', mas uma variedade que, como qualquer outra, tem sua lógica, sua regularidade e sua funcionalidade). (FARACO, 2008, p. 16)

Faraco também defende que a pedagogia da variação não é somente uma estratégia pedagógica para que o aluno aprenda a variedade culta da língua, mas uma pedagogia culturalmente sensível. Segundo ele,

A pedagogia da variação não é apenas uma estratégia pedagógica para que o aluno aprenda a variedade culta da língua: é, antes de tudo, uma pedagogia culturalmente sensível. É uma pedagogia culturalmente sensível porque assume a diversidade linguística brasileira no centro de sua proposta e a toma não como problema, mas como ponto de partida, como base para a ampliação do repertório do aluno (...) (FARACO, 2008, p. 169)

Complementando essa visão, o artigo de Ribeiro e Lacerda (2024) propõe uma pedagogia que respeita a diversidade linguística dos alunos, alinhada a documentos oficiais como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). As autoras, no entanto, criticam a forma como esses documentos tratam a Norma-Padrão de maneira "abstrata". Essa crítica oferece a justificativa para a criação de materiais que vão além das abordagens

convencionais, incentivando uma postura etnográfica do professor para que ele compreenda a realidade de seus alunos.

Por fim, a pesquisa de Souza e Simioni (2021) apresenta uma análise para evitar as armadilhas comuns na elaboração de materiais didáticos. Ao analisar livros existentes, os autores mostram que a variação linguística é frequentemente tratada de forma superficial. Eles enfatizam que a noção de adequação linguística não pode ser usada de maneira genérica. A principal lição é que o estilo de fala está intrinsecamente ligado à identidade social e que a adequação depende do contexto, e não de uma regra absoluta e inflexível.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005) os estudos variacionistas para o ensino da língua contribuem para um melhor entendimento da relação entre língua e sociedade, afastando-nos da visão dicotômica entre certo e errado, propagada pelo ensino de apenas uma norma linguística, desconsiderando todas as demais variedades vigentes na sociedade. Ainda conforme a autora, a Sociolinguística Educacional constitui seu esforço em aplicar os resultados das pesquisas sociolinguísticas frente aos problemas do ensino, buscando propostas pedagógicas mais efetivas. Essa vertente se fundamenta em dois pilares: o Relativismo Cultural, que rejeita a inferioridade de qualquer variedade de língua, e o reconhecimento da Heterogeneidade Linguística Inerente, que afirma que a variação é sistemática e funcional. Unidos, esses princípios contribuem para um ensino inclusivo, focado na ampliação do repertório do aluno e no combate ao preconceito linguístico.

Para avançar na adoção de uma perspectiva sociolinguística, é fundamental desconstruir os equívocos conceituais que historicamente fundamentam a prática pedagógica tradicional. Marcos Bagno (2013) identifica e critica esses equívocos, que denomina "erros teóricos". A discussão sobre a inadequada representação da variação linguística nos materiais didáticos brasileiros não é recente e encontra neste trabalho um marco teórico fundamental para a análise. Os sete erros que sustentaram uma pedagogia pautada na visão monolítica da norma são:

- 1) Falsa sinonímia entre culto e padrão: a confusão entre Norma-Padrão (ideal linguístico) e Norma Culta (variedades urbanas de prestígio), tratando-as como sinônimos.

- 2) Desconsideração da variação estilística: o problema de associar

forçadamente a Norma Culta apenas à formalidade, desconsiderando a variação estilística que ocorre na fala de qualquer indivíduo.

3) Erro no padrão como uma "variedade": a consideração majoritária da Norma-Padrão (erroneamente designada como "Norma Culta") como uma "variedade" da língua definida como a que goza de maior prestígio na sociedade.

4) Variação é coisa de caipira: a tendência de tratar a variação linguística como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas, associando-a pejorativamente ao que é "errado" ou "mal falado".

5) A escrita como ideal: o pressuposto de que a escrita (ou a gramática tradicional) deve ser o ideal e a régua para a língua, considerando a fala como uma simples deformação ou corrupção da língua escrita.

6) Só o padrão tem regras: O sexto "erro" questiona a ideia de que apenas a Norma-Padrão é dotada de regras, enquanto as demais variedades linguísticas seriam caóticas ou desregradas.

7) Erros num lugar só : O último "erro" desmistifica a noção de que os desvios da Norma-Padrão são falhas individuais ou acidentais, concentradas em um só ponto da frase.

Ainda inserida na discussão, a análise de Souza e Simioni (2021) foca na relação entre adequação, variação estilística e o ensino da concordância verbal nos Livros Didáticos (LDs) e dialoga diretamente com as críticas colocadas por Bagno, contendo alguns dos erros apontados pelo autor. Dentre eles, identifica a desconsideração da variação estilística que consiste em ignorar que a língua varia em função do contexto, do gênero textual e do grau de formalidade, tratando as variações como "desvios" ou "descuidos" sendo materializada e reforçada na seção de concordância verbal dos Livros Didáticos (LDs). Essa abordagem tradicional se manifesta de forma evidente na natureza dos exercícios e das atividades propostas da seguinte forma:

1) Redução da Adequação ao Julgamento Binário e à Rotulação de "Erro": Os exercícios impõem um julgamento binário de correção, solicitando que o aluno determine se a forma verbal está "adequada ou inadequada" à norma.

2) Ênfase no Purismo Linguístico e na Aplicação Mecânica: A meta central dos exercícios é a conformidade rígida à norma. Atividades como reescrever frases

fazendo substituições e alterando a forma verbal para “manter a concordância adequada à variedade culta do idioma. Os exemplos demonstram um foco na manipulação sintática descontextualizada. Similarmente, a exigência de identificar a afirmação incorreta quanto à “adequação à variedade culta” em trechos de notícias , de julgar a fala de um analista financeiro revelam que o LD prioriza a fiscalização da norma em detrimento da análise do seu valor funcional e social como prática estilística.

3) Ignorância do Estilo como Recurso de Sentido em Gêneros Discursivos: Mesmo quando o LD tenta articular a análise linguística com a leitura, os exercícios demonstram uma completa desconsideração dos efeitos estilísticos. Por exemplo, ao pedir que o aluno identifique a construção “mais adequada, de acordo com a Norma-Padrão”

Portanto, ao investigar a forma como os LDs abordam a adequação linguística na prática da concordância verbal, verificou-se que esses materiais ainda perpetuam os "erros teóricos" criticados por Bagno (2013) falhando em promover uma educação linguística que valorize a heterogeneidade e a complexidade estilística do Português Brasileiro. Essa perspectiva é um passo essencial para que o professor não caia na armadilha de ver a variação do aluno como um mero “desvio”.

Em outras palavras, a Sociolinguística oferece uma dimensão mais profunda e abrangente para a compreensão da língua. Ela desconstrói a ideia simplista de que existe uma língua “certa” e uma “errada” ao expor a natureza ideológica da Norma-Padrão. Ao mesmo tempo, reconhece e valida as diversas manifestações linguísticas presentes na sociedade, incluindo as variedades dos alunos, como sistemas plenamente regrados. Ao adotar essa visão crítica e descritiva, a escola pode se tornar um espaço de celebração da pluralidade, em vez de um local de reprodução de preconceitos.

3.1. A Sociolinguística como aliada na luta contra o preconceito linguístico

Para combater o preconceito, é crucial adaptar o ensino da língua. Nesse contexto, a Sociolinguística Educacional defende, por meio de seus estudos, uma prática pedagógica mais inclusiva e crítica que vise desconstruir essa visão

preconceituosa. Conforme aponta Bagno (1999, p. 15):

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua.

O autor salienta que o preconceito linguístico decorre de uma concepção equivocada que restringe a língua a um mero conjunto de regras, a gramática normativa. Para desmistificar essa visão, ele propõe uma analogia esclarecedora: a língua é comparável a um enorme “iceberg” flutuando no mar do tempo e a gramática normativa é apenas a tentativa de descrever a parcela mais visível desse todo. A essa ponta visível chamamos de Norma Culta. O “todo”, portanto, é a totalidade da língua, incluindo todas as suas variedades, formas de uso e a gramática internalizada pelos falantes da qual a Norma Culta é apenas uma pequena fração. Embora essa descrição tenha seu valor e méritos, ela é intrinsecamente parcial e não pode ser autoritariamente aplicada à totalidade da língua. Isso porque a ponta do “iceberg” que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Contudo, é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que prevalece na ideologia que gera o preconceito linguístico (Bagno, 1999):

A literatura em Sociolinguística Educacional demonstra avanços teóricos na compreensão da variação linguística. No entanto, ainda persistem lacunas significativas na prática pedagógica. Pesquisas apontam que a supervalorização da Norma-Padrão continua contribuindo para a reprodução do preconceito em sala de aula (Marques; Baronas, 2015). Apesar da urgência de novas abordagens que valorizem a diversidade (Martins, 2017; Marine; Peres, 2021) a aplicação efetiva dessas práticas continua sendo um desafio para o professor.

Em vez de focar apenas nas regras, o ensino deve se pautar na perspectiva da língua como um fenômeno vivo e dinâmico. A Sociolinguística propõe que a escola explore as diferentes formas de variedades linguísticas, mostrando que todas são legítimas. O objetivo é fazer com que o aluno reflita sobre a língua que ele usa e a que ele ouve. Martins (2017) e Marine e Peres (2021), por exemplo, mostram que, quando se trabalha a diversidade linguística em sala de aula, os alunos mudam sua postura e se tornam mais críticos em relação ao preconceito. Isso evidencia que essa abordagem é eficaz e essencial para a aprendizagem.

O papel da escola é fundamental para essa mudança, mas ela só se concretizará se os professores estiverem preparados. É preciso que reconheçam a dimensão social e cultural da língua e se sintam capazes de lidar com a diversidade em sala de aula. Um dos objetivos específicos deste trabalho é desenvolver um material didático que auxilie o professor nesse processo. A ideia é fornecer-lhes as ferramentas para trabalhar o tema, ou seja, o preconceito linguístico, e, com isso, promover a valorização das variedades linguísticas dos alunos, que são parte de sua identidade e cultura.

4. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e de caráter aplicado, focando na análise e interpretação de fenômenos sociais e educacionais para propor uma prática de ensino coerente que combata o preconceito linguístico na sala de aula. A pesquisa qualitativa, segundo Garces (2010) permite a compreensão aprofundada dos significados e processos, o que se alinha à proposta de explorar o preconceito linguístico no contexto escolar. Além disso, o caráter aplicado da pesquisa, conforme Ferreira de Oliveira (2011) busca gerar conhecimento para a solução de um problema, o que se concretiza na elaboração de um produto educacional.

O método principal é a pesquisa bibliográfica, que consistiu no levantamento e na análise crítica de materiais já publicados, como livros, artigos e documentos acadêmicos. Essa etapa foi fundamental para a construção da fundamentação teórica deste trabalho, pois o diálogo com autores como Bagno (1999), Bortoni-Ricardo(2004), Martins(2017), Marques e Baronas (2015), Marine e Peres (2021), entre outros, que discutem variação linguística e práticas pedagógicas inclusivas, serviu de base teórica para a criação do material didático. Esse referencial não apenas sustenta a pesquisa, mas também orienta a criação do material, garantindo sua relevância e adequação, além de identificar as lacunas e necessidades práticas pertinentes ao tema.

A finalidade deste estudo é ir além da descrição do fenômeno, oferecendo uma proposta didática para professores de Língua Portuguesa das séries finais do Ensino Fundamental II. O material, que será o produto final da pesquisa, busca

auxiliar esses profissionais no desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade linguística, contribuindo para a construção de um ambiente educativo mais democrático e respeitoso.

5. Construindo um material didático

A elaboração do guia "Língua: diversidade que fala" centrou-se em um desafio essencial: conciliar o rigor teórico sobre o preconceito linguístico com a praticidade e acessibilidade demandadas pela rotina docente. A meta foi desenvolver um material sucinto e solidamente embasado, focado em unir a teoria da Sociolinguística à sua aplicação imediata na sala de aula. Os exercícios e atividades nele contemplados possuem como objetivo traçar um paralelo entre teoria, prática e aprendizado. Neste contexto, o termo "material didático" é empregado em seu sentido mais amplo e funcional, alinhado às definições de autores da área:

Tomlinson (1998) define como material didático "qualquer coisa que ajude a ensinar aprendizes de línguas". De forma similar, Salas (2004, p. 2) define os materiais como "qualquer coisa empregada por professores e alunos para facilitar a aprendizagem". Os termos "material didático" e "proposta didática" são utilizados de forma ampla e, em certos contextos, como sinônimos. É importante destacar que esta obra é o resultado da perspectiva de uma professora-pesquisadora em formação, focada primariamente na efetividade e relevância pedagógica e sociolinguística do conteúdo do material construído.

Isso posto, embora os esforços tenham se voltado para a clareza e funcionalidade do "design" do guia, priorizando a usabilidade em sala de aula, o foco central deste material é o combate ao preconceito linguístico e a valorização da diversidade, fornecendo subsídios críticos e reflexivos para uma educação mais inclusiva.

Para a elaboração do material, considerou-se que a persistência do preconceito linguístico no ambiente escolar está intrinsecamente ligada à forma como o conhecimento científico sobre a linguagem é transformado em conteúdo a ser ensinado. Com o intuito de analisar essa questão, utilizou-se a teoria da Transposição Didática do pesquisador francês Yves Chevallard.

Conforme Chevallard, 1991 em seu livro “La Transposition Didactique”, a transposição didática corresponde à :

Um conteúdo do saber, que é destinado ao saber a ser ensinado, sofre um conjunto de alterações no sentido de adaptar com mais eficiência seu lugar entre os objetos da educação. Esse 'trabalho' que acontece com o saber a ser ensinado é chamado de transposição didática.(CHEVALLARD,1991, p. 39)

O autor ainda afirma que:

A transposição didática, definida como o mecanismo que permite a passagem do saber científico à objeto de ensino, é um processo crucial, mas que traz o risco de distanciamento entre o saber ensinado e sua origem, resultando em uma recontextualização que modifica o sentido original do conceito.(CHEVALLARD, 1991,citado por REVISTA DO INSTITUTO GEOGEBRA DE SÃO PAULO, 2020).

Portanto, a teoria de Chevallard demonstra que a persistência do preconceito linguístico não é apenas uma falha de aplicação, mas um resultado direto da transposição didática inadequada, que transforma um objeto de saber plural e descritivo em uma ferramenta de imposição da Norma-Padrão.

Com relação ao material, foi nele abordada a concepção de língua como um fenômeno heterogêneo, variável e intrinsecamente social. O material rejeita a visão de língua como um sistema monolítico e imutável. O objetivo central não foi a mera memorização de regras, mas o desenvolvimento da competência comunicativa e da adequação linguística que são a capacidade do falante de saber não apenas as regras da língua, mas como usá-las de forma estratégica em diferentes situações. Ou seja, não basta saber a gramática; é preciso saber quando, como e com quem falar.

O foco desloca-se da memorização mecânica de regras para o desenvolvimento da competência comunicativa, conceito estabelecido por Dell Hymes (1972). Para o autor, a proficiência linguística vai além da gramática, pois existem regras de uso sem as quais as regras gramaticais seriam inúteis. Nesse sentido, o conceito de adequação é fundamental, pois substitui a ideia engessada de "certo ou errado", pelo critério do que é apropriado para o momento. Saber uma língua implica o domínio estratégico de saber quando, como e com quem falar. O ensino, portanto, deixa de ser pautado pelo binário "certo ou errado" para adotar o critério da adequação linguística. Como bem ilustra Marcos Bagno (1999) a língua é como uma roupa, não se vai de pijama a um casamento, nem de terno à praia.

Dessa forma, assim como ajustamos nossas roupas ao ambiente, ajustamos nossa fala ao contexto (formal ou informal), em diferentes situações, preparando os estudantes, dessa forma, para utilizar a linguagem de forma crítica e eficaz em todas as esferas sociais.

A organização do material (ver apêndice) segue uma progressão lógica, iniciando pela contextualização e culminando em propostas práticas para aplicação no ensino. A seção inicial apresenta o propósito do guia e estabelece o cenário da diversidade brasileira, tanto geográfica quanto cultural. A segunda parte define o objeto de estudo e aprofunda nos diferentes tipos de variação linguística classificando-os em diferentes níveis: regional, social, histórico e estilístico.

A terceira seção oferece sugestões de como levar o tema para a sala de aula ao trazer exemplos de como explorar as variações, iniciar a discussão e trazer o tema de forma lúdica. Em sua última seção o material tem seu desfecho com as considerações finais e sugestões de materiais para continuidade dos estudos.

O material é uma ferramenta essencial no combate ao preconceito linguístico, pois valoriza a diversidade como riqueza cultural e fonte de reflexão. O guia materializa a visão de que a variação linguística é o ponto de partida para o ensino, utilizando o conhecimento prévio do estudante sobre a língua para apresentar a Norma-Padrão. Acerca do conteúdo, foram utilizados gêneros textuais e mídias de alta familiaridade para o aluno, como memes, filmes, vídeos e letras de funk e rap, que serviram como objeto de análise.

Espera-se que o aluno reflita sobre a língua que ele usa e a que ele ouve, bem como tenha contato com questões de prova e textos abordando o tema. A postura do professor deve-se manter ética e comprometida com o manuseio do material, pois acima de tudo, o trabalho com a diversidade linguística muda a postura dos alunos e os torna mais críticos em relação ao preconceito.

7. Considerações finais

O estudo realizado sobre a valorização da variedade linguística reafirma a importância crucial de uma educação pautada na perspectiva sociolinguística. Os resultados da pesquisa, ancorados nos fundamentos teóricos de autores como Marcos Bagno(1999 e 2013) e Stella Maris Bortoni-Ricardo(2004 e 2005),

demonstram que a língua não pode ser apresentada ao estudante como um corpo homogêneo e engessado. Constatou-se que a língua portuguesa é, intrinsecamente, heterogênea e diversa, e cabe à escola não apenas reconhecer, mas também celebrar essa riqueza. Ao adotar a perspectiva sociolinguística, a escola permite que o estudante enxergue em sua própria variedade linguística uma fonte de riqueza e possibilidades, compreendendo-a como um pilar fundamental de sua identidade e de seu pertencimento social.

Nessa linha de raciocínio, a proposta de material didático desenvolvida, com foco na aplicação no Ensino Fundamental, emerge como uma ferramenta prática importante para o docente. Seu principal propósito é auxiliar na desconstrução da visão tradicional que cultua a Norma-Padrão em detrimento da diversidade. A estruturação deste material representou um processo complexo, exigindo sensibilidade e cautela metodológica para evitar a criação de novos estigmas ou abordagens negativas. A seleção cuidadosa das obras, textos e repertórios buscou garantir uma abordagem inclusiva e valorizadora das diferentes manifestações linguísticas.

Em um plano futuro, a aplicação efetiva e a demonstração dos resultados deste material em sala de aula trariam informações empíricas valiosas, enriquecendo o campo de pesquisa com dados detalhados. Contudo, a discussão teórica atual já sedimenta a certeza de que a educação possui um papel fundamental na formação integral do indivíduo.

8. Referências bibliográficas

ALENCAR, Beatriz Aparecida; COSTA, Daniela de Souza Silva. Educação linguística, variação e ensino: como eles se articulam? Revista Entretextos, v. 23, n. 1, 2023. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/49433/4998>. Acesso em: 29 jun. 2025.

AMARAL, Emília et al. Novas Palavras: linguagem e interação. 1. ed. São Paulo: FTD, 2016.

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. Edições Loyola, 1999. BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 1. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BAGNO, Marcos. Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna. São Paulo:

Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em sociolinguística: o que a escola pode fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Manual de Sociolinguística. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Português Linguagens. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHEVALLARD, Yves. La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné. 2. ed. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1991.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

GARCES, Solange Beatriz Billig. Classificação e tipos de pesquisas. Cruz Alta: Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, 2010. Disponível em: <https://www.unicruz.edu.br/site/pagina.php?id=366>. Acesso em: 29 jun. 2025.

HYMES, Dell. On communicative competence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. Sociolinguistics: selected readings. Harmondsworth: Penguin, 1972. p. 269-293.

ILARI, Rodolfo; POSSENTI, Sírio. Português e Ensino de Gramática: o que mudou, o que mudou... e o que não mudou. São Paulo: Martins Fontes, 1985. LABOV, William. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues de Oliveira. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. LABOV, William. Sociolinguistic Patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LADEIRA, Wânia Terezinha. Teoria e métodos de pesquisa qualitativa em sociolinguística interacional. Revista de Ciências Humanas – Locus, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3557>. Acesso em: 27 jun. 2025.

LAPERUTA-MARTINS, Maridelma. Preconceito linguístico. Revista Observatório, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <https://hal.science/hal-01571910v1/file/2887-253-17254-1-10-20170410.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MARQUES, Taciane Marcelle; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida. Pedagogia da variação linguística: por uma abordagem heterogênea da língua a fim de minimizar o preconceito linguístico. Signum: Estudos da Linguagem, v. 18, n. 1, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/20340>. Acesso em: 29 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5433/2237-4876.2015v18n1p283>.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Manual de linguística. São Paulo: Editora Contexto, 2024.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração.

PERES, Gilberto Antonio; MARINE, Talita de Cássia. Noções sociolinguísticas na educação básica a partir da Turma do Xaxado: contribuições a um ensino significativo da língua portuguesa. Revista SELL, v. 23, n. 1, 2021. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/5462>. Acesso em: 29 jun. 2025.

REVISTA DO INSTITUTO GEOGEBRA DE SÃO PAULO. Transposição Didática na criação de estratégias para a utilização do GeoGebra. Revista do Instituto GeoGebra de São Paulo, v. 9, n. 1, p. 59-75, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/IGISP/article/view/48090/31815>. Acesso em: 15 out. 2025.

RIBEIRO, Ana Leticia Salazar; LACERDA, Marcela Langa. Sociolinguística educacional: por um ensino de língua(s) culturalmente sensível. Contextos Linguísticos, v. 18, n. 27, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/45941/32628>. Acesso

em: 29 jun. 2025.

SALAS, M. R. English Teachers as Materials developers. *Actualidade Investigativas en 1 Educacion*, v.4, n. 2, p.2, jul./dez. 2004.

SILVA, Camila Rodrigues da; BASTIANI, Carla; OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel. Análise do preconceito linguístico como violência simbólica no ambiente escolar. *Revista Rease*, v. 2, n. 8, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/1322/8135>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SILVA, Tarcilane Fernandes da; SOUSA, Maria das Dores Ozório de. O tratamento da variação linguística em sala de aula: reflexões críticas sobre a prática docente. *Linguagem e Ensino*, v. 26, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8671656/32207>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SOUZA, Adriano de; SIMIONI, Taíse. "Pro samba que você me convidou, com que roupa eu vou?": Um estudo sobre adequação, variação estilística e educação linguística. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 21, n. 3, p. 895-927, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/HgNdVZH4sct7TCZvcmSzdKc/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-460X2020360408>.

TOMLINSON, Brian (ed.). *Materials Development in Language Teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

VILAÇA, M. L. C. O material didático no ensino de língua estrangeira: definições, modalidades papéis. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v. 8, n. 30, p. 1-14, 2009. Disponível em: <https://granrio.emnuvens.com.br/reihm/article/view/653/538>. Acesso em: 19 nov. 2025. 9. 3 A CADA 10 brasileiros são analfabetos funcionais, indica pesquisa. G1, [S. l.], 5 maio 2025. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/05/05/3-a-cada-10-brasileiros-sao-analfabetos-funcionais-indica-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2025.

Apêndice

MATERIAL DIDÁTICO PRODUZIDO:

https://drive.google.com/drive/folders/1_WnZyoy2pCdW4OwTWb4EdDPqMkH2E_X